

O voto útil

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregistavo10@terra.com.br)

Faltam cinco dias para a realização do primeiro turno das eleições gerais de 2022. É natural que um candidato, ansioso para reduzir tensões e pressões, convide seus adversários a sufragar o voto útil e liquidar o problema de uma vez só. Sem o recurso do segundo turno. Vale tudo no final de campanha. Os argumentos se sucedem, mas nenhum deles explica o motivo pelo qual o cidadão deve renunciar a seu direito de escolher. Ou de entregar um cheque em branco para um dos postulantes.

O presidente Jair Bolsonaro está diante do próprio desempenho. Ele corre o sério risco de ser o primeiro governante a não se reeleger desde a redemocratização do país. O chefe do governo paga o preço da improvisação de sua administração. Bolsonaro venceu a eleição em 2018 com poucos recursos, mas com surpreendente atuação nas redes sociais. Foi o trabalho desenvolvido por seu filho Carlos, que tem cega devoção pelo pai. Durante todo o governo Bolsonaro, Carluxo torpedeou as tentativas de normalizar relações com a imprensa, que desde o primeiro momento foi tratada como inimiga do governo.

Mas, Bolsonaro é Bolsonaro. Ao invés de discursar da varanda no prédio da Embaixada do Brasil em Londres, ele poderia ter lembrado ao rei Charles III o sucesso do almirante Thomas Cochrane, que trabalhou como mercenário para a Marinha brasileira, ameaçou bombardear Salvador e Belém do Pará, em julho e agosto de 1823, e garantiu a adesão das províncias à Independência do Brasil. Ou a rainha Elizabeth II, mãe do rei, que lançou

a pedra fundamental da ponte Rio-Niterói, em 1968, obra financiada por bancos ingleses. No entanto, o presidente brasileiro, numa formalíssima solenidade de luto, preferiu abrir o sorriso e dar tapinhas nas costas do soberano. Vexame.

O desfile de candidatos na televisão e nos debates tem sido produtivo para instruir o eleitor. Soraya Thronicke, por exemplo, colocou em pauta o imposto único, que é combatido por diversos economistas e ideia aplaudida por muita gente. Afinal de contas, trata-se de trocar todos os impostos federais por uma taxa a ser cobrada nas transações financeiras. Todos pagam, sem exceção. Os técnicos têm restrições ao projeto do economista Marcos Cintra. Mas é fato que o cipoal tributário brasileiro encarece a vida de todos os nacionais e sustenta a existência de uma instituição pesadíssima e muito cara: a Receita Federal. Há muitos anos se fala no Congresso e fora dele na reforma tributária. Os líderes nunca chegaram perto de algo concreto.

Simone Tebet, candidata do MDB, com a vice Mara Gabrilli, do PSDB, desfila bem nas passarelas do país. Frequenta feiras, comícios, debates, anda pelas cidades com desembaraço. Ela tem o suporte de uma sólida assessoria, de caráter liberal, composta por alguns dos melhores nomes da universidade brasileira. Ela tem o que dizer na área social e, sobretudo, na seara econômica. Tem experiência administrativa e vivência na política.

Fala bem e honra o legado do pai, que foi presidente do Senado, Ramez Tebet. Ciro Gomes, que se transformou numa espécie de anti-Lula na esquerda, tem projetos e planos para todos os segmentos da sociedade nacional. Algumas de suas ideias foram incorporadas por Lula, como a da renda mínima e a quitação de débitos de pequenos devedores.

Há uma sensação de urgência em liquidar, rapidamente, a possibilidade de ascensão do fascismo, representado pelo governo Bolsonaro. A pressão pelo voto útil ganha expressão e volume. Artistas e intelectuais manifestam opiniões e tentam constranger eleitores a votar em Lula e acabar com a eleição já no primeiro turno. São pressões legítimas. Mas foi a sensação de urgência que levou o antipetismo a colocar Bolsonaro no poder quatro anos atrás e, por consequência, o Brasil na posição de pária internacional, campeão no quesito desmatamento, condenado a passar vergonha por ter um presidente com nível intelectual baixíssimo e comportamento de rebelde sem causa.

O fascismo já mostrou sua face na sociedade nacional. Os ingredientes da crise já estão lançados. As soluções para sair do labirinto vão se revelar na medida em que os candidatos negociarem acordos entre si para indicar caminhos, opções e políticas. Mais três semanas de negociações não terão o poder de mudar a opinião prevalente do eleitor, mas farão com que os candidatos se comprometam com mais e melhores programas de governo. Promessas há em demasia. Faltam compromissos claros, perceptíveis e publicamente assumidos.

Regulamentação e impacto das plataformas digitais e o mercado

» MARCELA GOMES GAMBARDELLA
Advogada das áreas de direito digital e proteção de dados

Se antes o contato do consumidor com diferentes tipos de negócios se dava unicamente através de lojas físicas e, recentemente, acessando deliberadamente o site próprio de determinada marca, hoje as opções de visibilidade e transações relacionadas a produtos e serviços tomaram outra forma e proporção. As plataformas digitais vêm aumentando a integração com relevantes crescimento no cenário econômico. O acesso fácil e dinâmico de produtos e serviços aparenta oferecer vantagens para todas as partes envolvidas.

Ao mesmo tempo em que as vantagens dessa integração são explícitas, existem características e elementos que podem apresentar riscos ao mercado, mas especialmente às contas empresariais, que dependem das plataformas para anunciar e vender seus produtos aos consumidores, sob o ponto de vista das plataformas, que podem ter alguns direitos ameaçados.

Em razão da relevância e domínio do mercado digital, as plataformas podem explorar as tecnologias empregadas por elas de forma a concentrar decisões que afetam a todos, sendo comum utilizar as informações e dados compartilhados com elas em benefício próprio. Entre os inúmeros efeitos causados pela concentração de serviços oferecidos por poucas gigantes digitais, destaca-se a dependência comercial que as empresas anunciantes e os consumidores finais têm em relação à plataforma. São elas que dominam o mercado digital e estabelecem as regras. Cabe aos anunciantes aceitar os termos e regras de uso se quiserem continuar utilizando tais serviços.

Enquanto os efeitos dessa posição dominante e um tanto quanto arbitrária vêm sendo notados, há alguns esforços para balancear interesses, delimitar responsabilidades e impor maior transparência nas ações tomadas pelas plataformas digitais. É o que acontece atualmente em contexto europeu. A Comissão Europeia vem se empenhando para aprovar, de forma definitiva, a Lei dos Mercados Digitais e a Lei dos Serviços Digitais. Em março/22, ambas ganharam força de acordo político entre o Parlamento Europeu e os Estados Membros da União Europeia.

Em síntese, as duas legislações fazem parte de um pacote para um ambiente digital mais responsável, transparente e com regras de concorrência mais justas. Em relação à Lei dos Mercados Digitais, os esforços se concentram em iniciativas para definição de quais plataformas atuam como gatekeepers — aquelas que têm posição de dominância no mercado digital e acabam por tomar decisões que afetam todo o mercado de forma unilateral, como previamente mencionado. Por definição, são as plataformas que controlam serviços centrais na internet e os oferecem para mais de 45 milhões de usuários e 10 mil contas comerciais na União Europeia mensalmente.

A proposta legislativa visa estabelecer algumas proibições a essas plataformas em relação aos usuários de contas empresariais como, por exemplo, proibir que deem preferência aos próprios produtos e serviços na ordem de exibição e de alcance aos demais usuários. Os gatekeepers deverão permitir que os usuários desinstalem os softwares-padrão e acessem os dados tratados pela plataforma.

Em relação a uma maior responsabilidade e transparência por parte das plataformas, há diversas outras disposições no pacote de reforma do mercado digital. Chama-se a atenção para as tentativas da legislação em estabelecer, também, proibições referentes ao uso de dados pessoais de crianças e de obrigar os gatekeepers a inserirem mecanismos fáceis para que os usuários possam se descadastar de serviços relevantes oferecidos pelas plataformas digitais que, até então, não dão esse poder de escolha aos usuários.

As propostas são pretensiosas, mas necessárias. Desnecessário um exame aprofundado sobre os modelos de negócio utilizados pelas gigantes do mercado digital para saber que os recursos a que elas têm acesso podem ser abusivos. No mais, para que o saldo seja positivo, medidas resolutas para eliminação do desequilíbrio causado pela posição de dominância das plataformas digitais devem entrar em jogo.

No geral, para que os usuários tenham acesso a serviços transparentes e seguros de forma a incentivar a inovação, práticas desleais devem ser eliminadas e a responsabilidade das dominantes delimitada. A contenda, no entanto, tende a percorrer um caminho de resistência e desafios no campo regulatório.



A conversa reversa

» FRANCISCO AIRES AFONSO FILHO
Tata Nganga Ngunzeta, graduado em teologia (Fateb, 1994) e pedagogia (UnB, 2002), pós-graduado em direito administrativo disciplinar (UnB, 2006)

A comunidade afrotradicional de Brasília e Entorno se viu, na semana passada, acusada de intolerância e invasão a um templo cristão de confissão romana, em Sobradinho, quando uma recém-iniciada no candomblé entrou e saudou o altar-mor como parte da ritualística e da liturgia do processo iniciático do candomblé. Ouviam-se palavras de exorcismo, como se aquelas pessoas fossem o demônio. O pároco se sentiu afrontado. Ele registrou que não houve nenhum ato de vandalismo por parte das pessoas que vestiam indumentárias e roupas litúrgicas do candomblé.

Depois de algumas reações, além de vídeos que soavam como um pedido de perdão em nome das tradições afro, o bispo ressaltou o mal-estar que a comunidade católica sentiu com a presença das pessoas de tradição afro. Declarou, no entanto, o respeito pelas tradições de matriz africana, além de conclamar os líderes religiosos ao diálogo e à construção da paz.

É compreensível que a comunidade se sinta invadida, uma vez que não houve prévio acerto para aquele momento. Mas não ocorreu nenhuma reflexão histórica sobre o ato e como ele fora construído historicamente.

Não houve nenhuma consideração em relação à voz exorcizando e repetindo fórmulas religiosas de conjurações, que atribuíam àquelas pessoas afro o caráter demoníaco. A igreja não fez nenhuma reflexão sobre o tráfico africanos, suas necessidades de sobrevivência e de se reorganizar de acordo com suas cosmogonias e identidades,

enquanto subjugadas pelo referencial civilizatório e colonizador cristão.

A aparente submissão à igreja era também um ato de sobrevivência. Para tanto, por vários motivos, a visita dos recém-iniciados a templos cristãos e o pedido de bênção aos sacerdotes cristãos eram exigidos, anteriormente — pelo menos no Candomblé baiano —, entendidos como uma etapa iniciática. Tratava-se de ritual entendido como normal pelo clero católico, que exteriorizava o seu poder dominador. Inicialmente, tolerada e, depois, rejeitada pela igreja.

Há muito tempo, a visita das pessoas recém-iniciadas (munzenza/iaô) à igreja se limitava às escadas, enquanto as portas do templo cristão permaneciam fechadas, como foi por várias gerações, quando pessoas africanas — chamadas simplesmente de pretas — não tinham permissão para entrar nos templos. Elas aguardavam nas escadarias com as liteiras, enquanto os cristãos “piedosos” cultuavam, para carregá-los de volta a suas casas. Como resultado, nasceram as igrejas e as irmandades de pretas e pretos, mantidas pelos africanos, provocando uma falsa aceitação daquela sociedade excludente. Além de proporcionar força política e organização, as confrarias eram atos de resistência e manutenção das identidades, pois os negros não poderiam se reunir nem se organizar em territórios ou espaços próprios.

Ser aceito numa igreja católica e “abençoado” pelo padre era um jeito de se sentir “humano”, fazendo parte daquela civilização, mesmo sabendo que as divindades, conceitos e cosmogonias

africanas não precisavam de bênção externa para serem verdadeiras e legítimas. Nada disso foi levado em conta pelos atores que se manifestaram no episódio em questão.

Brasília é uma região eurocentrada, sem convivência com as manifestações culturais e identitárias africanas, preservadas e mantidas por algumas casas de candomblé, como é a impressão que temos em Salvador, onde é comum pessoas africanas e seus descendentes, ou iniciadas nas diversas tradições de matriz africana, que compõem aquela cidade, andar pelas ruas com roupas características do candomblé, carregando imagens de santos católicos, fazendo procissões cristãs ou realizando lavagens de escadarias de templos católicos.

Embora respeitemos quem ainda pratica a ida à igreja de iniciados em tradições africanas, entendemos como desnecessário o pedido de bênção à igreja pelos iniciados no candomblé. Reforçamos que não são ritos da afroreligiosidade, mas uma prática histórica, com os resquícios do processo escravocrata, que obrigava toda a sociedade a ser cristã. O ato de saudar o altar da igreja e pedir uma bênção é tido como um rito cristão, mesmo realizado por iniciados em tradição africana. Não é um rito afro.

São necessárias uma conversa prévia e a construção de espaços e canais de diálogos entre líderes, para que tenhamos uma sociedade em paz e convivendo em harmonia com a diversidade. Concordamos com o bispo. Mas, nesse caso, se houve a necessidade de pedido de perdão ou desculpas, ela deveria ser mútua e recíproca.